

QGSEE Comércio e Construção S.A.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2024

Índice

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024

QGSEE Comércio e Construção S.A.

Balancos patrimoniais
para os exercícios findos em 31 de dezembro 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

Ativo

	Notas	Consolidado		Controladora	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativo circulante					
Caixa e equivalente de caixa	4	564	620	564	620
Contas a receber de clientes	5	3.233	5.207	3.233	5.207
Tributos a recuperar	6	440	805	439	805
Outros ativos	7	3.007	869	3.007	869
Total do ativo circulante		7.244	7.501	7.243	7.501
Ativo não circulante					
Partes relacionadas	8	1.012	-	-	-
Depósitos judiciais	11	6.216	6.260	6.216	6.260
Total		7.228	6.260	6.216	6.260
Investimentos					
Investimentos	9.a	6.689	-	7.702	-
Imobilizado	10	7	10	7	10
Total do ativo não circulante		13.924	6.270	13.925	6.270
Total do ativo		21.168	13.771	21.168	13.771

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.


Diretor

Pedro Ventura de Farias Junior
CRC-RJ 079.231/O

QGSEE Comércio e Construção S.A.

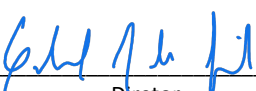
Balancos patrimoniais
para os exercícios findos em 31 de dezembro 2024 e 2023

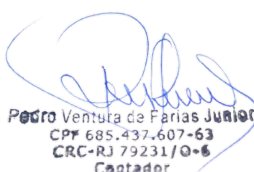
(Em milhares de reais)

Passivo e patrimônio líquido

	Notas	Consolidado		Controladora	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Passivo circulante					
Fornecedores	-	-	1	-	1
Obrigações tributárias	-	1	-	1	-
Outros passivos	12	495	-	495	-
Total do passivo circulante		496	1	496	1
Passivo não circulante					
Provisão para perda em investimento	9.b	7.207	-	7.207	-
Total do passivo não circulante		7.207	-	7.207	-
Patrimônio líquido					
	13				
Capital social		35.692	35.692	35.692	35.692
Prejuízos acumulados		(22.227)	(21.922)	(22.227)	(21.922)
Total do Patrimônio líquido		13.465	13.770	13.465	13.770
Total do passivo e patrimônio líquido		21.168	13.771	21.168	13.771

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.


Diretor


Pedro Ventura de Farias Junior
CPF 685.437.607-63
CRC-RJ 79231/O-6
Contador

Pedro Ventura de Farias Junior
CRC-RJ 079.231/O

QGSEE Comércio e Construção S.A.


Demonstrações do resultado
para os exercícios findos em 31 de dezembro 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto o prejuízo por ação)

	Notas	Consolidado		Controladora	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas administrativas	14	(75)	(1.050)	(75)	(1.050)
Depreciações	10	(2)	(2)	(2)	(2)
Despesas tributárias	-	(401)	(4)	(401)	(4)
Outros resultados operacionais	15	157	-	157	-
Total		(321)	(1.056)	(321)	(1.056)
Resultado operacional antes do resultado financeiro					
		(321)	(1.056)	(321)	(1.056)
Receitas financeiras	16	32	310	32	310
Despesas financeiras	16	(15)	(229)	(15)	(229)
Resultado financeiro líquido		17	81	17	81
Prejuízo do exercício					
		(304)	(975)	(304)	(975)
				(0,0085)	(0,0273)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.


Diretor



Pedro Ventura de Farias Junior
CPF 685.437.607-63
CRC-RJ 79231/O-6
Contador

Pedro Ventura de Farias Junior
CRC-RJ 079.231/O

QGSEE Comércio e Construção S.A.

Demonstrações do resultado abrangente
para os exercícios findos em 31 de dezembro 2024 e 2023

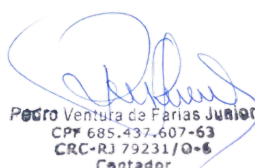
(Em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Lucro/(prejuízo) líquido do exercício	(304)	(975)	(304)	(975)
Resultado abrangente do exercício total	(304)	(975)	(304)	(975)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.



Diretor


Pedro Ventura de Farias Junior
CPF 685.437.607-63
CRC-RJ 79231/0-8
Contador

Pedro Ventura de Farias Junior
CRC-RJ 079.231/O

QGSEE Comércio e Construção S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
para os exercícios findos em 31 de dezembro 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Notas	Capital social	Prejuízos acumulados	Total Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2022		8.618	(20.947)	(12.329)
Aumento de capital		27.074	-	27.074
Prejuízo do exercício		-	(976)	(976)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		35.692	(21.923)	13.770
Prejuízo do exercício		-	(304)	(304)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		35.692	(22.227)	13.465

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.


Diretor


Pedro Ventura de Farias Junior
CPF 685.437.607-63
CRC-RJ 79231/O-6
Contador
Pedro Ventura de Farias Junior
CRC-RJ 079.231/O

QGSEE Comércio e Construção S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
para os exercícios findos em 31 de dezembro 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

Notas	Consolidado		Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Fluxo de Caixa das atividades operacionais				
Prejuízo do exercício	(304)	(975)	(304)	(975)
Itens de resultado que não afetam o caixa				
Depreciação e amortização	2	2	2	2
Variações monetárias, cambiais e encargos - Líquidos	(24)	(42)	(24)	(42)
Baixas de imobilizado e intangível	-	47	-	47
Lucro líquido ajustado	(326)	(969)	(326)	(969)
Variações nos ativos e passivos:				
Contas a receber	1.974	1.536	1.974	1.536
Tributos a recuperar	388	(27)	389	(27)
Outros ativos	(2.094)	(915)	(2.094)	(915)
Partes relacionadas	-	27.074	-	27.074
Fornecedores	(1)	1	(1)	1
Obrigações tributárias	1	(3)	1	(3)
Outros passivos	495	(31.440)	495	(31.440)
Caixa líquido gerado pelas (consumido) atividades operacionais	438	(4.742)	438	(4.742)
Fluxo de Caixa das atividades de investimento				
Adições de imobilizado e intangível	-	(59)	-	(59)
Adições de investimento	(495)	-	(495)	-
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento	(495)	(59)	(495)	(59)
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(57)	(4.801)	(57)	(4.801)
Demonstração da redução do caixa e equivalentes de caixa				
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	620	5.421	620	5.421
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	564	620	564	620
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa	(57)	(4.801)	(57)	(4.801)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.


Diretor


Pedro Ventura de Farias Junior
CPF 685.437.607-63
CRC-RJ 79231/O-6
Contador
Pedro Ventura de Farias Junior
CRC-RJ 079.231/O

1. Contexto operacional

1.1. Objeto social

A QGSEE Comércio e Construção S.A. é uma sociedade de capital fechado, subsidiária integral da QGSEE Participações Ltda., tendo sido criada em 11 de outubro de 1991 e que tem como objetivo: a) exploração da indústria de engenharia e construção civil, inclusive de obras públicas e privadas; b) a importação, exportação, peças, equipamentos, bens e serviços ligados a obras de engenharia e construção civil; c) o comércio de materiais, bens e serviços de construção em geral

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

As demonstrações contábeis da Companhia compreendem as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, identificadas como Controladora, e as demonstrações contábeis consolidadas, identificadas como consolidado, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro, *International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB, atualmente denominadas como IFRS Accounting Standards). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

O critério de mensuração utilizado na elaboração das demonstrações contábeis considera o custo histórico, o valor líquido de realização, o valor justo ou o valor recuperável.

As demonstrações contábeis da Companhia e de sua controlada estão sendo apresentadas conforme orientação técnica OCPC 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidenciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. A administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão.

Na preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração utiliza julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas e julgamentos relevantes estão divulgados na Nota Explicativa 3.9 - Uso de estimativas e julgamentos.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram aprovadas para divulgação pela Administração em 30 de abril de 2025.

2.1. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando-se a moeda do principal ambiente econômico, no qual cada empresa atua (Moeda Funcional).

A Moeda Funcional e de apresentação da Companhia e de sua controlada é o real.

2.2. Transações e saldos em moedas estrangeira

As operações/transações financeiras e saldos em moeda estrangeira são registradas pelas taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa vigente na data do balanço patrimonial. Os ganhos e perdas decorrentes da liquidação de transações em moeda estrangeira e resultantes da conversão de ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração de resultado.

2.3. Uso de estimativas e julgamentos

Ao preparar as demonstrações contábeis individuais e consolidadas a administração da Companhia e de sua controlada se baseiam em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes. A aplicação das estimativas e premissas frequentemente requer julgamentos relacionados a assuntos que são incertos, com relação aos resultados das operações e ao valor dos ativos e passivos. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem a mensuração de instrumentos financeiros, provisão para perdas em ativos, provisão para imposto de renda e contribuição social e outras avaliações similares. Os resultados operacionais e posição financeira podem diferir se as experiências e premissas utilizadas na mensuração das estimativas forem diferentes dos resultados reais.

A Companhia e sua controlada revisam suas estimativas e premissas, pelo menos anualmente. Não houve alterações nas premissas e políticas contábeis em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024.

2.4. Demonstrações contábeis individuais

As demonstrações contábeis da Companhia estão sendo publicadas juntamente com as demonstrações contábeis consolidadas, tendo sido elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores e das normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Nas demonstrações contábeis individuais, a empresa controlada é contabilizada pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações contábeis individuais quanto nas demonstrações contábeis consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia.

2.5. Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas em 31 de dezembro de 2024 e 2023 abrangem as da controladora Álya Construtora S.A. e as empresas controladas nas quais mantém participação conforme detalhamento apresentado na Nota Explicativa nº 9.

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultado corresponde à soma dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas segundo a sua natureza, complementado com as seguintes eliminações:

No processo de consolidação, foram feitas as seguintes eliminações: **(i)** dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas; **(ii)** das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas consolidadas; **(iii)** dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, quando aplicável, decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas; e **(iv)** destaque das participações dos acionistas não controladores no patrimônio líquido.

2.6. Pronunciamentos contábeis emitidos recentemente

As alterações de normas e novas normas que entraram em vigor em 2024 não são aplicáveis ou não tiveram impacto material nestas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, conforme listado abaixo:

Normativo	Destaques	Avaliação da Administração
IAS 7/CPC 03 - Demonstração dos fluxos de caixa e IFRS 7/CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação	As alterações estabelecem novos requisitos de divulgação das operações de financiamento com fornecedores, o chamado “risco sacado”.	Sem impactos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.
IAS 1/CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações contábeis / IFRS Practice Statements 2	Novos requisitos para a classificação como circulante quando a entidade não tem o direito no final do período de reporte de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após o período de reporte. Também, conforme as emendas, apenas <i>covenants</i> cujo cumprimento seja obrigatório antes do final do período de reporte devem afetar a classificação do passivo entre circulante ou não circulante.	Sem impactos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.
IFRS16/CPC 06 (R2) - Arrendamentos	As alterações estabelecem requisitos de reconhecimento e mensuração em operações de <i>Sale and leaseback</i> .	Sem impactos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

A seguir, estão listadas as principais alterações em normas contábeis que, na avaliação da Administração, poderão eventualmente gerar impacto em divulgações de períodos subsequentes da Companhia:

Pronunciamento	Emissão	Destaques	Vigência
IAS 21/CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis	Agosto de 2023	As modificações implementadas preveem a aplicação de abordagem consistente ao avaliar se uma moeda pode ser convertida por outra moeda, além de novas orientações quanto à mensuração e divulgação em contextos nos quais a moeda não seja considerada conversível. A Companhia está avaliando eventuais impactos decorrentes destas emendas, cuja adoção é requerida para os exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2025.	Exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2025

Pronunciamento	Emissão	Destques	Vigência
IFRS 18 - Presentation and Disclosure in Financial Statements	Abril de 2024	A norma busca endereçar demandas de investidores por informações mais relevantes e comparáveis divulgadas nas demonstrações contábeis das entidades. A IFRS 18 introduz alterações nas demonstrações de resultado com três novas categorias de receitas e despesas - operacional, investimentos e financiamentos - dois subtotais obrigatórios, e alterações no agrupamento de saldos. Além disso, traz a obrigatoriedade de divulgações em nota explicativa sobre medidas de desempenho definidas pela Administração, alterações na demonstração dos fluxos de caixa e novos requisitos de apresentação de despesas por natureza ou função. A Companhia está atualmente em fase de avaliação dos impactos decorrentes da adoção desta norma em suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.	Exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2027
Alterações à IFRS 7/ CPC 40 (R1) e IFRS 9/ CPC 48 - classificação e mensuração de instrumentos financeiros	Maior de 2024	O IASB emitiu alterações à classificação e mensuração de instrumentos financeiros que alteram a IFRS 9 (CPC 48) e a IFRS 7 (CPC 40 (R1)) e que abordam os seguintes tópicos: <ul style="list-style-type: none"> • Desreconhecimento de passivo financeiro liquidado por transferência eletrônica; • Classificação de ativos financeiros – termos contratuais que são consistentes com um acordo básico de empréstimo, ativos financeiros com características sem recurso e instrumentos contratualmente vinculados; • Divulgações – investimentos em instrumentos patrimoniais designados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes e – termos contratuais que podem alterar a época ou o valor dos fluxos de caixa contratuais na ocorrência (ou não ocorrência) de um evento contingente. 	Exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2026
IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	Maior de 2024	A IFRS 19 permite que uma subsidiária elegível forneça divulgações reduzidas ao aplicar as Normas Contábeis IFRS nas suas demonstrações contábeis. A subsidiária é elegível para divulgações reduzidas se não tiver responsabilidade pública e sua controladora final ou qualquer controladora intermediária preparar demonstrações contábeis consolidadas disponíveis ao público que atendam as Normas Contábeis IFRS.	Exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2026
Melhorias Anuais nas Normas Contábeis IFRS - Volume 11	Julho de 2024	O IASB emitiu o documento Melhorias Anuais nas Normas Contábeis IFRS – Volume 11, que faz pequenas alterações às IFRS 1 (CPC 37 (R1)), IFRS 7 (CPC 40 (R1)), IFRS 9 (CPC 48), IFRS 10 (CPC 36 (R3)) e IAS 7 (CPC 03 (R2)).	Exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2026
OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO)	Dezembro de 2024	A orientação tem como objetivo tratar dos requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidênciação a serem observados pelas entidades na originação ou negociação de créditos de carbono, permissões de emissão e créditos de descarbonização. Além disso, trata de eventuais passivos associados, sejam eles decorrentes de obrigações legais ou não formalizadas. A Companhia está atualmente em fase de avaliação dos impactos decorrentes da adoção desta orientação.	Exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2025

3. Principais políticas contábeis materiais

As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de até 90 dias a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. A Companhia e sua controlada possuem classificados em caixa e equivalentes de caixa saldos em conta corrente bancária e aplicações financeiras, conforme Nota Explicativa nº 4.

3.2. Instrumentos financeiros

3.2.1. Ativos financeiros não derivativos

A Companhia e sua controlada reconhecem os ativos financeiros inicialmente na data da negociação na qual a Companhia e sua controlada se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento. Os ativos financeiros da Companhia e de sua controlada incluem caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e sua controlada tenham o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.2.2. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período de relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

3.2.3. Passivos financeiros não derivativos

A Companhia e sua controlada reconhecem títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo dos passivos designados pelo valor justo registrados no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte nas disposições contratuais do instrumento.

A Companhia e sua controlada classificam os passivos financeiros não derivativos a valor justo por meio do resultado. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

3.2.4. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia e sua controlada não operam com instrumentos financeiros derivativos. De acordo com suas políticas financeiras, a Companhia e sua controlada não efetuam operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

3.3. Contas a receber

Apresentadas ao valor contábil, não sendo aplicável o ajuste a valor presente. A administração, fundamentada em análise dos históricos de perdas, constituiu provisão para perda esperada de créditos de liquidação duvidosa, em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização dos empréstimos a receber.

As provisões são constituídas pelos montantes considerados suficientes para cobertura de eventuais perdas, observando a avaliação da Administração quanto ao nível de risco. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores.

A Companhia e sua controlada adotam como prática a provisão integral de contratos encerrados e não recebidos, e para as demais contas a receber com entidades públicos e privados não encerrados não constitui provisão para perda esperadas.

3.4. Investimentos

Investimentos em controlada são avaliados pelo método da equivalência patrimonial, com base em demonstrações contábeis da empresa investida. Os resultados apurados estão demonstrados como resultado operacional na conta de resultado de equivalência patrimonial. As demonstrações contábeis da controlada são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que o controle se inicia e até a data em que o controle deixa de existir.

Controladas são aquelas que de forma direta ou indireta, a controladora exerce o poder de regular as políticas contábeis e operacionais, para a obtenção de benefícios de suas atividades normalmente acompanhadas de uma participação de mais do que a metade dos direitos de voto (capital votante).

Consolidadas a partir da data em que o controle se inicia e até a data em que o controle deixa de existir.

3.5. Imobilizado

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, incluindo reavaliações procedidas em anos anteriores e os ajustes de avaliação patrimonial ao custo atribuído, deduzido da depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

Os itens do imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica de cada componente. Os itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança das estimativas contábeis.

3.6. Intangível

É representado por gastos com aquisição de softwares. As taxas de amortização são determinadas com base nas suas estimativas durante o período pelo qual a Companhia e sua controlada esperam geração de benefícios econômicos.

3.7. Redução ao valor recuperável de não financeiros (*impairment*)

Ativos não financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação da recuperabilidade de ativos (*impairment*). Estes ativos financeiros são considerados ativos não recuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado negativamente o fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

A cada encerramento do exercício, a Companhia e a sua controlada revisam os saldos dos ativos investimento e intangíveis, avaliando a existência de indicativos de que esses ativos tenham sofrido redução em seus valores de recuperação (valor em uso). Na existência de tais indicativos, a Administração efetua uma análise detalhada do valor recuperável para cada ativo através do cálculo do fluxo de caixa futuro individual descontado a valor presente, ajustando o saldo do respectivo ativo, se necessário.

3.8. Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)

A Companhia apura o imposto de renda e a contribuição social com base no regime de lucro real. A base de cálculo compreende o imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social (CSLL). O imposto de renda é computado pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para o excedente de R\$ 240 no período de 12 meses, enquanto a contribuição social é computada pela alíquota de 9%, reconhecidos pelo regime de competência.

3.9. Estimativas e julgamentos

3.9.1. Geral

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia e sua controlada tenham uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para período, estão contemplados a seguir:

3.9.2. Provisões para demandas judiciais

As provisões para ações judiciais (trabalhista, cível e tributária) são reconhecidas quando: a Companhia e sua controlada tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

Os passivos contingentes são avaliados pela Administração com o apoio dos assessores legais da Companhia e de sua controlada, onde aqueles considerados como provável o risco de perda, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, são provisionados nas demonstrações contábeis e os de perda possível, desde que relevantes, são divulgados nas notas explicativas.

3.9.3. Reconhecimento de receita

A receita do contrato compreende o valor inicial acordado no contrato acrescido de variações decorrentes de solicitações adicionais, reclamações e pagamentos de incentivos contratuais, na condição em que seja provável que elas resultem em receita e possam ser mensuradas de forma confiável. Tão logo o resultado de um contrato de construção possa ser estimado de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida no resultado na medida do estágio de conclusão do contrato. Despesas de contrato são reconhecidas quando incorridas, a menos que elas criem um ativo relacionado à atividade do contrato futuro.

O estágio de conclusão é avaliado pela referência do levantamento dos trabalhos realizados.

Quando o resultado de um contrato de construção não pode ser medido de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida até o limite dos custos reconhecidos na condição de que os custos incorridos possam ser recuperados. Perdas em um contrato são reconhecidas imediatamente no resultado.

3.9.4. Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um contas a receber, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do contas a receber.

3.9.5. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

A Companhia optou pelo lucro real como forma de tributação. Dessa forma o imposto de renda é calculado à alíquota de 15% acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social.

A despesa com imposto de renda e contribuição social, quando aplicável, compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do período, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações contábeis.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. Quando aplicável, a Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

4. Caixa e equivalente de caixa, títulos e valores mobiliários

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Aplicações financeiras - Renda fixa (i)	564	620	564	620
Total	564	620	564	620

(i) As aplicações financeiras estão representadas basicamente por títulos de renda fixa (operações compromissadas, CDBs, e fundos de investimentos). Estas aplicações estão mantidas em instituições financeiras no país e no exterior, através da própria Companhia e de suas controladas, e apresentaram em média rentabilidade de 94% do CDI em 31 de dezembro de 2024 (100% do CDI para 31 de dezembro de 2023).

5. Contas a receber de clientes

O saldo das contas a receber podem ser assim demonstrados:

Por atividade	Consolidado		Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Outros (i)	3.233	5.207	3.233	5.207
Total circulante	3.233	5.207	3.233	5.207

(i) Refere-se basicamente por venda de ativo imobilizado.

O saldo das contas a receber vencidos e a vencer podem ser assim demonstrados:

Por vencimento	Consolidado		Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Vencidos há mais de 360 dias	3.233	5.207	3.233	5.207
Total circulante	3.233	5.207	3.233	5.207

Em 31 de dezembro de 2024, a Administração, com base em sua avaliação do risco de crédito, entende que não se faz necessária a constituição de provisão para perdas esperadas de crédito.

6. Tributos a recuperar

a) Circulante

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
IRRF (i)	2	45	2	45
IRPJ (ii)	395	719	394	719
CSLL (ii)	3	3	3	3
PIS/Cofins retido	40	41	40	41
Total circulante	440	805	439	805

(i) Refere-se, basicamente, ao Imposto de Renda e Contribuição social retidos na fonte sobre rendimento de aplicação financeira;

(ii) Refere-se basicamente a Imposto de Renda e Contribuição saldo negativo de exercícios anteriores, que estão sendo compensados com tributos administrados pela Receita Federal do Brasil;

7. Outros ativos

a) Circulante

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Adiantamento a funcionário	70	70	70	70
Adiantamento a fornecedor	2.937	799	2.937	799
Total circulante	3.007	869	3.007	869

8. Parte relacionada

a) Não circulante

Consolidado	31/12/2024	31/12/2023
Atria Investimento	1.012	-
Total a receber	1.012	-

9. Investimentos

O quadro adiante apresenta a composição do saldo do Investimento em controladas e coligadas e empreendimento controlados em conjunto.

Controladora e consolidado

a) Investimentos	% de participação	Patrimônio Líquido	Resultado	Saldo em 31/12/2023	Aquisição	Saldo em 31/12/2024
Concessionária Move São Paulo S.A.	45,6434%	12.806	(122)	-	5.144	5.144
Cia. Siderurgia Vale do Pindaré S.A.	2,00%	64.601	(26.211)	-	1.545	1.545
não consolidados	-	-	-	-	6.689	6.689
Potiporã Energia Ltda.	100%	1.013	-	-	1.013	1.013
consolidado	-	-	-	-	1.013	1.013
Total investimentos	-	-	-	-	7.702	7.702

b) Provisão para perda	% de participação	Patrimônio líquido	Resultado	Saldo em 31/12/2023	Aquisição	Saldo em 31/12/2024
Rodovias Integradas do Paraná S.A.	24,0825%	(75.721)	(47.593)	-	(7.207)	(7.207)
Total para perdas em investimento não consolidado	-	-	-	-	(7.207)	(7.207)

Os investimentos e participações societárias foram adquiridas através de instrumento particular de compra e venda de ações e de quotas da Atria Investimentos e Participações S.A., em 31 de julho de 2024.

10. Imobilizado e intangível

a) Imobilizado Consolidado

Movimentação dos saldos de imobilizados para 2024 do consolidado podem ser assim demonstrados:

Consolidado	Vida útil	Movimento em 2024		Saldo em 31/12/2024	Saldo líquido em 31/12/2024
		Saldo em 31/12/2023	Adições		
Outros imobilizados	10	64	-	64	-
Máquinas, aparelhos	10	100	-	100	7
Total do custo de aquisição		164	-	164	7
Depreciação acumulada em 2024					
Consolidado		Saldo em 31/12/2023	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2024
Outros imobilizados		(90)	(2)	-	(92)
Máquinas, aparelhos		(64)	-	-	(64)
Total depreciação acumulada		(154)	(2)	-	(156)

Movimentação dos saldos de imobilizados para 2023 do consolidado podem ser assim demonstrados:

b) Imobilizado

Consolidado	Vida útil estimada	Custo de aquisição em 2023			Saldo final
		Saldo inicial	Aquisições	Baixas	
Outros imobilizados	10	64	-	-	64
Máquinas, aparelhos	10	100	-	-	100
Total do custo de aquisição		164	-	-	164
Depreciação acumulada em 2023					
Consolidado	Vida útil estimada	Saldo inicial	Depreciação	Baixas	Saldo final
Outros imobilizados	10	(88)	(2)	-	(90)
Máquinas, aparelhos	10	(64)	-	-	(64)
Total depreciação acumulada		(152)	(2)	-	(154)
Total do imobilizado líquido		-	(2)	-	10

11. Provisão para riscos judiciais e depósitos judiciais

Depósitos judiciais

Circulante	Consolidado		Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Depósitos recursos trabalhistas	6.216	6.220	6.216	6.260
Total	6.216	6.220	6.216	6.260

A Companhia e suas controladas, no curso normal de suas atividades, estão sujeitas a processos judiciais de natureza trabalhista. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para riscos judiciais.

12. Outros passivos

Circulante	Consolidado		Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Títulos a pagar (i)	495	-	495	-
Total circulante	495	-	495	-

(i) Refere-se a títulos a pagar a Atria Investimentos e Participações S.A., conforme instrumento de compra e venda de participações societárias, conforme nota explicativa 9.

13. Patrimônio Líquido

a) Capital social

O Capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2024 e 2023, é de R\$ 35.692.392,00, dividido em 52.692.392 ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal.

b) Dividendos

De acordo com o Estatuto Social, é assegurado aos acionistas da companhia um dividendo mínimo obrigatório de 3% do lucro líquido ajustado na forma legal.

c) Reserva legal

A reserva legal é constituída mediante apropriação de 5% do lucro líquido do exercício social, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

d) Resultado por ação

	31/12/2024	31/12/2023
Prejuízo do exercício	(304)	(975)
Quantidade de ações	35.692.392	35.692.392
Prejuízo por ação	(0,008)	(0,02)

14. Despesas administrativas

Despesas gerais e administrativas

	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2024
Despesas gerais (i)	(75)	(1.050)	(75)	(1.050)
Total	(75)	(1.050)	(75)	(1.050)

(i) As despesas gerais basicamente se referem a aluguéis, utilidades e seguros dos escritórios administrativos.

15. Outros resultados operacionais

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receitas eventuais (i)	157	-	157	-
Total	157	-	157	-

(i) Receita de venda de sucata, aluguéis, reconhecimento de precatório, e outras receitas não operacionais;

22. Resultado financeiro, líquido

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receitas financeiras				
Rendimento aplicação financeira	8	268	8	268
Variação monetária ativa	24	42	24	42
Total	32	310	32	310
Despesas financeiras				
Outras despesas financeiras	(15)	(229)	(15)	(229)
Total	(15)	(229)	(15)	(229)
Resultado financeiro líquido	17	81	17	81

25. Gestão de riscos financeiros

a) Considerações gerais

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia e de suas controladas foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos, definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos. As políticas de risco e os sistemas são revistos regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e atividades da Companhia.

As atividades da Companhia e de suas empresas controladas as expõem a diversos riscos financeiros: risco de liquidez, risco de crédito e exposição a risco de taxa de juros. A gestão de risco da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar os potenciais efeitos adversos no seu desempenho financeiro.

A gestão de risco é pautada pela identificação, mensuração e mitigação dos riscos mapeados para todos os negócios da Companhia.

b) Gerenciamentos de riscos

A Companhia e suas empresas controladas estão expostas: **(i)** a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais; **(ii)** aos riscos de mercado, decorrentes de variações das taxas de juros e preços; e **(iii)** aos riscos de crédito, decorrentes da possibilidade de inadimplimento de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber.

A gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito se dá através de mecanismos de manutenção de caixa mínimo e acompanhamento do mercado financeiro, buscando minimizar a exposição dos ativos e passivos, de modo a proteger a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

(I) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma agregada pelo departamento de Finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia e suas controladas para assegurar que tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

(ii) Riscos de mercado

O Grupo não tem ativos significativos em que incidam juros.

Os empréstimos às taxas fixas expõem a Companhia e suas controladas ao risco de valor justo associado à taxa de juros. Durante 2024 e 2023, os empréstimos da Companhia e suas controladas às taxas variáveis são mantidos em reais.

(iii) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. Para os clientes a Companhia e suas controladas utiliza uma classificação independente, a área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente.

(iv) Gestão de capital

Os objetivos da Companhia e suas controladas ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos sócios e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.